

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
ARIANA BATISTA DA SILVA
(ORGANIZADORES)

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

5

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
ARIANA BATISTA DA SILVA
(ORGANIZADORES)

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

5

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Prof^o Dr^a Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições 5

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Correção: Yaiddy Paola Martinez

Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Revisão: Os autores

Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ariana Batista da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições 5 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ariana Batista da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0157-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.575222604>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva, Ariana Batista da (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de **“Educação enquanto Fenômeno Social: avanços, limites e contradições”**, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de desafios demandados pela Pandemia.

Sabemos que o período pandêmico, como asseverou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada do processo de ensino e aprendizagem presencial, pelas redes de ensino, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade, vivenciada na atualidade. Dessa forma, não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além do “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel desta, assim como, da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Diante disso, a Educação se consolida como parte importante das sociedades, ao tempo que o “ato de ensinar”, constitui-se num processo de contínuo aperfeiçoamento e transformações, além de ser espaço de resistência, de um contínuo movimento de indignação e esperar, como sinalizou Freire (2018). No atual contexto educacional, a Educação assume esse lugar “central”, ao transformar-se na mais importante ferramenta para a formação crítica e humana das pessoas, como lugar real de possibilidade de transformação da sociedade.

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves. Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Ariana Batista da Silva

REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papyrus, 2016, p. 35-48.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1


QUESTÕES EDUCACIONAIS: UMA REALIDADE EM ANGOLA E NO BRASIL

Gabriel Rodrigues Serrano

Damião de Almeida Manuel

Niembo Maria Daniel

Elijane dos Santos Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226041>

CAPÍTULO 2..... 20

OS DESAFIOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA COM O ENSINO REMOTO

Ilze Maria C. Machado

Katia Mosconi Mendes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226042>

CAPÍTULO 3..... 30

ESTÁGIO DOCENTE SUPERIOR E O CONSTITUIR-SE PROFESSORA NO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE GENÉTICA

Ariana Batista da Silva

Américo Junior Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226043>


CAPÍTULO 4..... 43

AS LEIS 10639/2008 E 11645/2008 E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS NA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Adriany de Ávila Melo Sampaio

Antônio Carlos Freire Sampaio

Rosana de Ávila Melo Silveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226044>

CAPÍTULO 5..... 51

MERCOSUL EDUCACIONAL E PROCESSO DE BOLONHA: A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EM QUESTÃO

Tatiana Carence Martins

Aurélio Ferreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226045>


CAPÍTULO 6..... 61








EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA DUALIDADE EDUCACIONAL






Plínia de Carvalho Bezerra


João Paulo Lira Martins

Prucina de Carvalho Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226046>

CAPÍTULO 7	73
A BIOÉTICA E AS CIÊNCIAS NATURAIS - 1975 A 2019	
Sérgio Olim Gomes de Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226047	
CAPÍTULO 8	92
CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA FREIRIANA À INCLUSÃO DOS ALUNOS PÚBLICO- ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Olga Mara Bueno	
Vanessa Bernardi	
José Carlos Winkler	
Rita de Cássia da Silva Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226048	
CAPÍTULO 9	106
ENCRUZILHADAS VIRTUAIS E ANTIRRACISMOS CONTEMPORÂNEOS	
João José do Nascimento Souza	
Rogério Luís da Rocha Seixas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226049	
CAPÍTULO 10	119
FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E A VIOLÊNCIA	
Rebecca de Castro Teixeira	
Florença Cruz da Rocha Ebeling	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260410	
CAPÍTULO 11	128
ADOLESCENTES MARCADOS: VIOLÊNCIA E EMANCIPAÇÃO EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	
Carolina Cunha Seidel	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260411	
CAPÍTULO 12	140
REPRESENTAÇÕES ACERCA DAS DINÂMICAS EDUCATIVAS, CULTURAIS E TRADICIONAIS COM CRIANÇAS E JOVENS: UM ESTUDO DE CASO	
Paulo César Bulhões	
Isabel Cabrita Condessa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260412	
CAPÍTULO 13	155
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A PREFIGURAÇÃO DO AGIR DOCENTE	
Regina Aparecida de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260413	

CAPÍTULO 14.....	174
COMPLEXIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE: INOVAR, INTERAGIR E INTEGRAR AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Sueli Perazzoli Trindade	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260414	
CAPÍTULO 15.....	184
ESTILOS DE LIDERAZGO Y GESTIÓN ADMINISTRATIVA DE LOS DIRECTIVOS DE LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS PÚBLICAS DE LA REGIÓN PUNO DEL PERÚ	
Demetrio Flavio Machaca Huancollo	
Leopoldo Wenceslao Condori Cari	
Edy Larico Mamani	
Jenner Volney Sanchez Arapa	
Proto Washington Caira Centeno	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260415	
CAPÍTULO 16.....	195
FACTORES PARA LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL EN ORGANIZACIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR. CASO UNAD-COLOMBIA	
Diana Marcela Cardona Román	
Hugo Alberto Martínez Jaramillo	
María Crisalia Gallo Araque	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260416	
CAPÍTULO 17.....	227
GESTÃO E CURRÍCULO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE UM MUNICÍPIO DO SUL CATARINENSE	
Gisele da Silva Milanez	
Antonio Serafim Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260417	
CAPÍTULO 18.....	242
BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA EQUIDADE DE GÊNERO	
Thayse Melo Borges	
Mareli Eliane Graupe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260418	
CAPÍTULO 19.....	249
EDUCACIÓN CONTINUA, COMO ALTERNATIVA PARA AMPLIAR LA OFERTA EDUCATIVA EN EL INSTITUTO TECNOLÓGICO SUPERIOR DE TEPEXI DE RODRÍGUEZ	
Behetzaida Martínez Regules	
Socorro Pacheco Pérez	
Edgardo Roldán Y Tovar	
Heriberto Vázquez Guevara	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260419>

SOBRE OS ORGANIZADORES	256
ÍNDICE REMISSIVO.....	257

CAPÍTULO 6

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA DUALIDADE EDUCACIONAL

Data de aceite: 01/04/2022

Data de submissão: 25/02/2022

Plínia de Carvalho Bezerra

Instituto Federal do Piauí
Oeiras-PI

<http://lattes.cnpq.br/8288388807182382>

João Paulo Lira Martins

Instituto Federal do Piauí
Oeiras-PI

<http://lattes.cnpq.br/8596045718255661>

Prucina de Carvalho Bezerra

Instituto Federal do Ceará
Tauá-CE

<http://lattes.cnpq.br/9988782123892497>

RESUMO: A história da Educação Profissional Brasileira é marcada por avanços e retrocessos e tinha como finalidade principal a formação para o trabalho. Assim, o presente trabalho objetiva analisar a historicidade da educação profissional no Brasil e seus desafios duais entre formação completa do indivíduo (voltado para as classes mais ricas) e preparação para o mercado de trabalho (destinada às camadas populares). Argumenta-se que a criação dos Institutos Federais de Educação (IFs) tem permitido a superação dessa dualidade, uma vez que possibilita o acesso à verticalização do ensino e à formação plena do sujeito. A pesquisa, de cunho bibliográfico e documental, baseia-se em análises autorais acerca da temática, bem como da lei nº 11.892, de 29/12/2008. Os

resultados indicam que a educação profissional no Brasil sempre ocorreu de forma dual e com maior ênfase na preparação para o mercado de trabalho, uma das demandas do sistema capitalista. Entretanto, aponta-se, também, que houve avanços significativos nessa modalidade na direção de uma educação voltada para uma formação plena dos sujeitos, em especial a partir de 2008, ano de constituição dos IFs.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Profissional; Dualidade; Formação integral.

BRAZILIAN PROFESSIONAL EDUCATION: A HISTORICAL ANALYSIS OF EDUCATIONAL DUALITY

ABSTRACT: The history of Brazilian Professional Education is marked by advances and setbacks and its main purpose was training for work. Thus, the present work aims to analyze the historicity of professional education in Brazil and its dual challenges between complete training of the individual (aimed at the wealthier classes) and preparation for the job market (aimed at the popular strata). It is argued that the creation of the Federal Institutes of Education (FIs) has allowed the overcoming of this duality, since it allows access to the verticalization of teaching and the full formation of the subject. The research, of bibliographic and documentary nature, is based on authorial analyzes about the theme, as well as of Law No. 11,892, of 12/29/2008. The results indicate that professional education in Brazil has always occurred in a dual way and with greater emphasis on preparing for the job market, one of the demands of the capitalist system. However, it is also pointed out that there have been significant

advances in this modality in the direction of an education aimed at the full training of subjects, especially from 2008, the year of the constitution of the FIs.

KEYWORDS: Professional Education; Duality; Integral training.

1 | INTRODUÇÃO

A educação profissional brasileira teve seus primeiros indícios no início do século XX, as primeiras escolas tinham finalidade assistencialista e colaborativa, destinadas a tirar os menores desvalidos da sorte e as crianças órfãs das ruas. Desde então, diversas foram as modificações e evoluções nessa modalidade de educação, a qual moldou sua estrutura conforme ocorriam as reformas estruturais na economia, uma vez que se buscou sempre atender aos anseios do mercado capitalista. Nessa direção, a dualidade entre formação humana e preparação para o mercado de trabalho constituiu-se característica inerente nessa modalidade educacional.

Nesse sentido, objetiva-se analisar a historicidade da educação profissional no Brasil e seus desafios duais entre formação completa do indivíduo (voltado para as classes mais ricas) e preparação para o mercado de trabalho (destinada às camadas populares). Argumenta-se que a criação dos Institutos Federais de Educação (IFs) tem permitido a superação dessa dualidade, uma vez que possibilita o acesso à verticalização do ensino e à formação plena do sujeito.

Para realização do trabalho, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental, por meio do levantamento e análises de livros e artigos que abordam o tema, bem como da lei nº 11.892, de 29/12/2008. Em seguida, fez-se uma análise sobre a presença da dualidade educacional no decorrer da história da educação brasileira e sobre a sua finalidade de formação para o trabalho.

Na verdade, a necessidade de pesquisar sobre a história da Educação Profissional dá-se pela importância de refletir sobre como as atuais percepções de educação são reflexos das formas tradicionais de educação enraizadas ao longo da história do Brasil e que apresentam certa resistência em desaparecer. Assim, sempre que se pretende aplicar novas práticas de ensino na atualidade, é preciso observar o contexto educacional pelo qual passou o país, fato que explica a dificuldade de mudanças das práticas educacionais, as quais são necessárias para acompanhar a evolução da sociedade.

Nessa direção, a pesquisa delinea-se, além da introdução e das considerações finais, em: 1) discute-se os aspectos históricos da educação profissional no Brasil. 2) analisa-se como a partir da criação dos IFs possibilitou-se a superação da dualidade presente no ensino profissionalizante brasileiro.

2 | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

A Educação Profissional, entendida como o ensino de ofícios, esteve presente na vida do homem desde os antepassados, porém, por muito tempo, a formação para o trabalho aconteceu de maneira informal, em que a aprendizagem acontecia na própria dinâmica da vida social, por meio de observação e da repetição das práticas no dia a dia, conforme as necessidades de subsistência do cotidiano das pessoas e da cultura impregnada em cada povo.

Embora os primeiros indícios, de forma sistemática, da Educação Profissional no Brasil tenham acontecido somente mais tarde, Vieira e Sousa Júnior (2017) acreditam que ela tenha começado a se consolidar no país com a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, ocasião em que a produção deixou de ser artesanal e começou a ser desenvolvida por meio de máquinas. Com essa evolução, a produção passou a ser realizada em tempo mais curto e com o uso de técnicas mais aperfeiçoadas, surgindo, com isso, a necessidade de preparar as pessoas, mediante conhecimentos técnicos, para atender às demandas da produção conforme a necessidade exigida pelo mercado.

Por consequência, a Educação Profissional no Brasil, de forma sistemática, teve seus primeiros indícios no século XX. Inicialmente, apresentava característica assistencial, depois passou a ser confundida com a preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho com o fim de atender aos interesses da indústria, que se tornara crescente no país. Enfim, os sistemas de ensino foram criados recentemente e foi fruto da necessidade do desenvolvimento do processo industrial como modo de produção, que passou a exigir profissionais capacitados para o trabalho (MANFREDI, 2016).

Ao se analisar historicamente a construção dos sistemas de ensino brasileiro verifica-se a constituição de sua dualidade, constituída por dois modelos distintos de educação: um destinado à elite, pautado na formação intelectual, com o objetivo de formar pessoas para serem dirigentes e para dar seguimento aos estudos e outro destinado a formar os filhos dos operários para o mercado de trabalho. Enquanto a educação dos trabalhadores permanecia integrada ao processo produtivo, ao processo de trabalho, a educação voltada para a elite acontecia nos bancos escolares propriamente ditos (GUIMARÃES, 2016).

No decorrer da história da educação profissional no Brasil, é possível verificar que as reformas sobre ela realizadas não “estiveram centrados nos sujeitos. Sua função formativa esteve sempre, historicamente, subsumida ao caráter economicista da educação, que se tornou hegemônico na modernidade” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 31).

Durante o período colonial, a base da economia brasileira centrava-se na relação metrópole-colônia com o envio de matéria-prima para Portugal, produzida mediante a força de trabalho escravo dos negros trazidos da África e dos índios. Nesse cenário, as práticas educativas eram transmitidas por meios informais de ensino e a aprendizagem dos ofícios acontecia no próprio local de trabalho.

Com a chegada dos Jesuítas à Colônia em 1549, inicia-se o processo de catequização dos índios e junto a isso, o ensinamento de alguns ofícios. Na verdade, “os jesuítas tiveram um papel de destaque, durante o período colonial, para a manutenção das relações mercantilistas impostas às colônias na América pelos portugueses e espanhóis” (WOLFF; RAMOS, 2017, p. 953). Enfim, eles criaram escolas e conventos na colônia com o fim não somente de catequizar os índios, mas também destinados às práticas educativas que os preparavam para o trabalho visando atender às necessidades mercantis (WOLFF, RAMOS, 2017).

A Educação profissional destinava-se a ensinar a confecção de produtos artesanais e manufatureiros, e acontecia em fazendas, engenhos e nas residências dos jesuítas (LIMA; SILVA; SILVA, 2017). A necessidade da aprendizagem de ofícios deu-se, principalmente, quando os fazendeiros instalaram os engenhos de açúcar nas suas fazendas, o que tornou necessário o ensino destinado a formar pessoas para a produção.

Ainda conforme Lima, Silva e Silva (2017), com a transferência da Corte Real para o Brasil em 1808, muitas mudanças políticas e econômicas aconteceram no país e conseqüentemente, na educação. A economia deixou de ser baseada no sistema colonial de trocas e passaram a ser implantadas no país atividades industriais, tanto estatais quanto privadas; os portos foram abertos e iniciou-se a comercialização com outras metrópoles.

Nesse período, surgiram as primeiras instituições formadoras de artífices. Em 1809, a educação profissional passa a ser desenvolvida dentro dos próprios estabelecimentos comerciais, o que se chamou de escola de Fábrica. Com a Independência do Brasil em 1822, foram criados vários estabelecimentos de Ensino como: Asilo dos Meninos Desvalidos, Liceus de Artes e Ofícios e a Escola Industrial. As práticas educativas desse período tinham finalidade assistencialista e compensatória e eram destinadas aos pobres e desvalidos da sorte.

Com a Proclamação da República em 1889, ocorreram várias reformas na educação brasileira. Porém essas reformas pouco mudaram a lógica do ensino no país capitalista e a educação continuou voltada para a formação com a finalidade de atender às demandas econômicas. O país passava por uma fase de crescente urbanização e industrialização, com isso a profissionalização dos trabalhadores era necessária e urgente.

Nessa conjuntura, no que diz respeito à Educação Profissional, foi um período de grande avanço, quando o então presidente Nilo Peçanha, em 1909, por meio do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro, cria dezenove escolas de Aprendizes e Artífices em várias capitais dos Estados (MANFREDI, 2016). As escolas se assemelhavam aos liceus e tinham por finalidade a formação de operários com conhecimentos técnicos para o trabalho industrial.

Durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, o Estado Novo, que durou de 1930 a 1934, o sistema educacional brasileiro, sob o comando do primeiro Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, permaneceu com o seu caráter dual de ensino. Os

dois tipos de educação continuaram vigentes: um voltado para a elite, garantindo uma educação que preparasse para o acesso às Universidades e outro tipo de educação para os filhos dos trabalhadores, a estes era destinada uma educação que preparasse apenas para o mercado de trabalho e não era permitida a continuidade nos estudos (WOLF; RAMOS, 2017).

Nessa conjuntura política, a educação profissional continuou destinada a preparar o indivíduo para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, uma vez que a indústria nacional, já consolidada, passa a exigir trabalhadores mais qualificados. Para atender a essa demanda, o ensino passou por diversas reformas, dentre elas, tem-se a criação da Lei Orgânica do ensino secundário, o qual passou a ter duração de sete anos, e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, movimento que ocorreu em 1932 e que tinha como lema uma educação democrática que proporcionasse oportunidade a todos (LIMA, SILVA e SILVA, 2017).

Com a Constituição de 1937, o ensino técnico é regulamentado, buscando atender ao crescente desenvolvimento da economia, para isso, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, que passaram a desenvolver um modelo de educação voltado para a formação de mão de obra qualificada, necessária para a expansão da indústria que se desenvolvia rapidamente naquele período (BRASIL, 2011).

Outra reforma ocorrida nesse contexto foi a Reforma de Capanema, estabelecida por meio do Decreto nº 4.244/1942, que dividiu o ensino secundário em dois ciclos: Clássico e Científico. “Essa Reforma estabelecia como objetivos do ensino secundário formar a personalidade integral do adolescente, formação espiritual e formação patriótica e humanística” (LIMA; SILVA; SILVA, 2017, p. 171).

O governo do Presidente Juscelino Kubistchek (1955-1960) foi pautado pelo objetivo do desenvolvimento econômico do país, para isso, estabeleceu a abertura do Brasil à entrada do capital internacional, principalmente pela indústria automobilística, fato que gerou a necessidade de reformas na educação para atender a essas mudanças geradas no setor da economia (RAMOS, 2014).

Em 1961, inspirada nos princípios de redemocratização do país, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/1961, que propunha a plena equivalência entre os cursos acadêmicos e profissionalizantes, pois nesse período o país passava por um grande crescimento industrial e econômico e exigia novos modelos de educação. Entretanto, Medeiros Neta et. al (2018) observam que a estrutura dual do ensino continua presente, pois ainda existe a separação de ciclos destinados a cursos profissionalizantes e ao ensino propedêutico.

Durante o período da Ditadura Militar, ocorrido de 1964 a 1985, passou-se a exigir pessoas qualificadas para trabalhar nos complexos industriais e nas grandes obras desenvolvidas no período (WOLF; RAMOS, 2017). Isso resultou numa reforma do ensino por meio da criação de uma nova LDB, Lei nº 5.692/71, que para Almeida e Suhr (2012),

regulamentou o ensino conforme os interesses do Governo Militar, pois com o Golpe de Estado abriu-se o comércio brasileiro à industrialização multinacional, passando a exigir pessoas qualificadas para atender as demandas das indústrias multinacionais.

A Lei n. 5.692/71 instituiu a “profissionalização universal e compulsória para o Ensino Secundário, estabelecendo formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos” (MANFREDI, 2016, p. 81). No entanto, essa equiparação foi apenas formal, já que na prática, a dualidade educacional foi fortemente presente nesse período, pois conforme aponta Medeiros Neta et. al (2018), apenas a rede pública de ensino seguiu o proposto pela legislação, enquanto nas escolas da rede privada continuou ocorrendo normalmente o ensino propedêutico, garantindo a continuidade dos estudos em nível superior.

A década de 1980 é marcada pela tentativa de redemocratização do país, logo após o fim da Ditadura Militar em 1985. Nessa época, aconteceram fatos importantes, como a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a qual trouxe em seu bojo, ideais democráticas e preconiza a necessidade de uma educação de qualidade para todos. Para isso, prevê a educação como um direito de todos, sem nenhuma distinção, atribuindo ao Estado o dever de garantir a sua oferta.

A partir dos anos 1990, iniciou-se um processo de mudança na educação, ocasião em que o Ensino Médio começou a ser proposto de forma que integrasse a educação geral e técnica, com fins ao trabalho, à ciência e à cultura, compondo o currículo integrado (CASTAMAN; HANNECKER, 2017) e não mais direcionada apenas à formação para o trabalho, mas que garantisse uma formação do sujeito em todos os seus aspectos.

Nesse período, conforme relatam Ciavatta e Ramos (2011), os educadores que compreendiam ser a educação um instrumento para sanar as desigualdades sociais e de classe lutaram por um ensino unitário que viesse a preparar os jovens para a vida em sociedade. Esse movimento, somado à necessidade de regulamentar o direito à educação para todos previsto na Constituição Federal, resultou na aprovação da terceira LDB, por meio da Lei nº 9.394 de 1996.

A nova LDB organiza a educação em dois níveis: Educação Básica, composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e Educação Superior. Apresenta ênfase em um ensino voltado não somente para a formação para o trabalho, mas sim, para a formação do indivíduo para a vida. Apresenta previsão expressa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, porém sua regulamentação se dá em um capítulo à parte, o que gera muitas discussões em torno da sua separação da Educação Básica.

Com efeito, a nova LDB não colaborou com a perspectiva de uma formação integrada, pois continuou prevendo uma educação profissional distanciada da educação básica. Ademais, quando permite os cursos técnicos concomitantes em instituições diferentes de ensino, vai de encontro à perspectiva de uma educação que promova o desenvolvimento integral do indivíduo e foge ao conceito de omnilateralidade, seguindo, dessa forma, com

uma proposta de ensino dual (MEDEIROS NETA et al, 2018).

Com isso, surgiram vários decretos visando regulamentar essa lei, o que marcou o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que perdurou de 1995 a 2003, como um período de diversas reformas em busca da reestruturação do ensino médio e da educação profissional. Pois, conforme Fonseca (2006, p. 203), “com a desregulamentação do Estado e a reestruturação produtiva, impõe-se a correlata exigência de um trabalhador flexível e, nesse contexto se dão os embates da nova política para o ensino técnico e profissional”, já que se trata de um governo marcado por privatizações e terceirizações, em que surgem inovações tecnológicas e novos modelos de produção, passando a exigir trabalhadores polivalentes.

Nesse contexto, surge o Decreto Federal n. 2.208/97 para regulamentar a LDB 9.394/96 no que diz respeito à Educação Profissional, e que faz uma separação muito nítida entre Ensino Médio e Educação Profissional. Nessa nova concepção de educação, o Ensino Médio passou a ter como objetivo desempenhar uma formação geral para a cidadania, enquanto a Educação Profissional era responsável por desenvolver competências para o mundo do trabalho. Assim, a separação entre as finalidades do Ensino Médio e da Educação Profissional, feita por meio do referido decreto, reforça cada vez mais o caráter dual da educação (MANFREDI, 2016).

Em 1994, a Lei Federal nº 8.948, cria o Sistema Nacional de Educação Tecnológica que prevê que as Escolas Técnicas Federais passariam à categoria de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e abre possibilidade para que Escolas Agrotécnicas Federais também passassem a fazer parte dessa categoria. Em 1999, há a retomada da transformação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Cefets e novos centros são implantados (BRASIL, 2010).

Com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, o cenário político e social do país passa por uma nova conjuntura. Tratou-se de um governo que investiu em medidas voltadas à superação da divisão social de classes, por meio da ampliação intensa de políticas e programas sociais de inclusão das classes populares nos diversos setores da sociedade. Essas políticas e programas proporcionaram “avanços significativos no plano social, mormente para o grande contingente da população até então mantido na indigência” (FRIGOTTO, 2011, p. 241).

Com as políticas e programas governamentais desenvolvidos no país no período de 2003 a 2010, voltados para as minorias, “ocorreu então, uma situação inédita de crescimento econômico com melhoria na distribuição de renda, marcada por uma paulatina redução do desemprego, simultânea ao aumento real do salário mínimo”, (CAMPOS, 2016). Além disso, destacam-se os grandes investimentos em políticas educacionais como: a criação de novas Universidades Federais, maior investimento de recursos e grande ampliação dos Cefets, apoio na Educação de Jovens e Adultos, políticas de inclusão da população negra e indígena no meio escolar e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (FRIGOTO, 2011).

Com o fito de garantir uma educação capaz de abranger os diversos grupos sociais, houve a consolidação e expansão da educação profissional e tecnológica. Defendia-se uma educação pautada nas demandas sociais e a sua oferta como dever do Estado, por isso, houve muitas discussões, projetos e ações em defesa da expansão da Educação Profissional.

Nesse cenário, a Rede Federal de Educação passou por uma expressiva expansão e interiorização de suas unidades, uma vez que o número de instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica partiu, em 2006, de um total de 144 unidades, chegando, em 2014, a 562 unidades. Em 2019, já são 661 unidades distribuídas por todo o país (BRASIL, 2011).

Outra importante ação realizada nesse governo foi a revogação do Decreto n. 2.208/97, estabelecida por meio do Decreto n. 5.154/2004, que passa a prever a integração entre Educação Profissional e Ensino Médio. Uma medida proposta com o fim de vencer a dualidade educacional que perdurou por tanto tempo no decorrer da história da educação no Brasil.

3 | A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA POSSIBILIDADE PARA A SUPERAÇÃO DA DUALIDADE EDUCACIONAL

Em continuidade ao projeto de expansão da educação, a fim de atender as diversas camadas da sociedade, em 2008, por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mediante a transformação de vários Cefets e Escolas Técnicas. Essa lei assegura, em seu Art. 2º, que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008, sem paginação).

Assim, a lei de criação dos IFs garantiu a oferta da educação em diferentes níveis e modalidades, bem como a verticalização do ensino, pois há a oferta de cursos que vai desde a educação básica até a pós-graduação, proporcionando para os estudantes uma formação acadêmica de qualidade, além da preparação para o trabalho por meio da articulação dos saberes adquiridos ao longo dos cursos com os saberes advindos das práticas sociais da realidade local em que o aluno vive. Atualmente, são 38 Institutos Federais distribuídos nos estados da federação, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas (BRASIL, 2008).

Com essa expansão da educação profissional por meio dos IFs, várias camadas

populares da sociedade passam a ter oportunidade de formação nas diversas áreas do saber. “A partir de 2008, o slogan da oferta de educação pública, gratuita e de qualidade passa a ser sinônimo de educação profissional no Brasil e o crescimento da rede federal ocorre rapidamente, atingindo as diferentes regiões do país” (WOLF; RAMOS, 2017, p. 958). A oportunidade de educação estende-se tanto para cursos técnicos de nível médio quanto para a educação superior.

Com o surgimento dos Institutos Federais, frutos de uma política pública de um governo que busca romper com a desigualdade social na educação, surge junto, pela primeira vez, o debate acerca do rompimento da dualidade educacional que acompanhou a educação profissional ao longo da história da educação brasileira. Enfim, “expressões como democratização do acesso, inclusão, transformação social, entre outras, predominaram nos documentos oficiais, discursos e legislações referentes à educação profissional e tecnológica” (WOLF; RAMOS, 2017, p. 958). Verifica-se um governo comprometido com a integração entre base propedêutica e tecnológica, buscando garantir uma formação geral do indivíduo que seja capaz de proporcionar-lhe a transformação do seu meio, posto que:

A estrutura multicampi dos IF busca atender à vocação regional, consolidando a missão destas instituições voltadas ao compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (OLIVEIRA; ESCOTT, 2015, p. 730)

Uma das finalidades dos IFs é propiciar a formação do indivíduo considerando a realidade local e regional em que este está inserido, de forma que possa aplicar seus conhecimentos para desenvolver sua própria região. Conforme Turmena e Azevedo (2017), os IFs ofertam uma educação que, embora busque atender as demandas do capital, que exige o aumento da produtividade, também proporciona a inclusão das diversas classes sociais no cenário educacional, garantindo que as classes sociais menos favorecidas tenham acesso aos diversos níveis de ensino.

No mesmo sentido, Pacheco (2011) defende que essas Instituições garantem uma educação pautada na democratização do conhecimento, no desenvolvimento tecnológico e na inovação, resultando assim, em espaços privilegiados de aprendizagem, o que possibilita a construção de conhecimentos necessários para a mudança da qualidade de vida dos estudantes. Dessa maneira, os IFs proporcionam uma educação voltada para as demandas sociais, preparando os sujeitos para transformarem a realidade da sociedade em que vivem, mediante o fortalecimento de arranjos produtivos da região em que fica situada cada Instituição (BRASIL, 2008).

Apesar de avanços significativos relacionados ao desenvolvimento de políticas públicas assistencialistas desenvolvidas na conjuntura do governo Lula, entre elas a expansão da Educação Tecnológica, cabe apontar que não houve uma política consistente relacionada à educação, uma vez que para garantir uma expansão nesse setor, foi

necessário políticas que realizassem parcerias do público e privado, o que agravou a dualidade estrutural educacional. Para confirmar o interesse privado sobre a educação profissional, surge em 2011, por meio da Lei n. 12.513, o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), programa que oferece cursos de qualificação técnica e profissional para trabalhadores (FRIGOTTO, 2011).

Não obstante essas contradições, o grande diferencial nesse governo em relação aos anteriores, no que diz respeito à educação, mormente à educação profissional, foi a maior universalização do ensino visando à inclusão de todas as classes sociais.

Diante disso, é importante considerar que, embora os objetivos da educação profissional não tenham sido atendidos plenamente, de certo modo, essa modalidade de ensino alcançou efeitos bastante positivos nos governos Lula e Dilma, pois diminuiu a desigualdade social no quesito educação, já que as classes sociais menos favorecidas tiveram a oportunidade de realizar cursos técnicos, ensino médio integrado e cursos superiores gratuitos e de qualidade. Porém, medidas que garantam a continuidade da expansão da educação profissional e tecnológica e a integração entre base propedêutica e técnica ainda são necessárias.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises acerca da educação profissional no Brasil indicam que, por se tratar de uma sociedade capitalista, os interesses econômicos sobressaem-se em relação às práticas sociais e educacionais. Assim, a educação, antes de ter interesses numa formação humana, tem se desenvolvido com a finalidade de preparar pessoas conforme as exigências do capital.

Assim, mesmo que no início, a educação profissional tenha tido um caráter assistencialista, esta objetivou preparar pessoas para o ofício a fim de satisfazer a economia do país. No decorrer das transformações e modernização da sociedade e do mercado produtivo, as evoluções ocorridas na educação visaram atender a evolução da economia. Isso leva à conclusão de que os modelos educacionais na escola pública do Brasil são resultados dos interesses políticos e de que a educação profissional é destinada a satisfazer as necessidades políticas e econômicas.

Com a expansão da oferta da educação profissional por meio dos IFs, é notório que houve uma evolução no acesso à educação de qualidade representada pela interiorização das instituições de ensino, bem como avanços na perspectiva de superação do ensino dual. No entanto, em decorrência de interesses econômicos e políticos, ainda continua presente a dualidade educacional.

Cabe ressaltar que uma educação profissional que proporcione uma formação humana para todos ainda é objeto de muitas discussões, pois ainda faltam muitas ações para que ela seja completamente efetivada. Ficou evidente que, após as políticas públicas

implantadas no governo Lula (2003 a 2010), ocorreram ações significativas de inclusão social, o que proporcionou o acesso das camadas populares a uma educação profissional que visa à formação geral do indivíduo. No entanto, apesar dos esforços, a sociedade ainda continua marcada pela divisão social do trabalho e pela desigualdade econômica.

Assim, verifica-se que existe a necessidade de implantação de políticas educacionais públicas que garantam a continuidade da expansão da educação e que proporcione o acesso de todas as pessoas, bem como a efetividade de uma educação profissional que tenha como objetivo a formação do indivíduo em seus múltiplos aspectos. Nesse sentido, espera-se que a educação profissional para a formação geral dos sujeitos seja prioridade nas políticas contemporâneas de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andréa Cristina de; SUHR, Inge Renate Fröse. Educação profissional no Brasil: a construção de uma proposta educativa dual. **Revista Intersaberes** | vol.7 n.13, p. 81 - 110 | jan. – jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. **O surgimento das escolas técnicas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. 2011. Acesso em: 19 dez. 2019.

CAMPOS, Marcelo Mallet Siqueira. A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TÉCNICA E TECNOLÓGICA NO PERÍODO 2003-2014: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES. **Economia e Desenvolvimento**. Santa Maria, v. 28, n. 2, p. 497 – 516, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/26166>. Acesso em: 01 mai. 2019.

CASTAMAN, Ana Sara; HANNECHER, Lenir Antônio. Currículo Integrado: pensando o ensino integrado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, 2017, Vol.1, n.5, p.48-57. Disponível em <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez117.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 13 ago. 2018.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FONSECA, Laura Sousa. Reestruturação produtiva, reforma do estado e formação profissional no início dos anos 1990. *IN: FRIGOTTO; Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. (201-220).

FRIGOTTO, Gaudêncio. OS CIRCUITOS DA HISTÓRIA E O BALANÇO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 46 jan.labr. 2011. p. 235-274. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

GUIMARÃES, Ailton Vitor. Trabalho e Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 196-228, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v18i39.3622>. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3622>. Acesso em: 20 dez 2020.

LIMA, Erika Roberta Silva; SILVA Francisca Natália; SILVA, Lenina Lopes Soares. TRAJETÓRIA DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL. **HOLOS**, Ano 33, Vol. 03, 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5753>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 476p.

MEDEIROS NETA. Olivia Moraes; PEREIRA Mônica de Lima; ROCHA, Sueli Rodrigues; NASCIMENTO Francinaide Lima Silva. A educação profissional nas Leis de Diretrizes e Bases: Pontos e Contrapontos. **HOLOS**, ano 34, v. 4. 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6982>. Acesso em: 20 dez. 2020.

OLIVEIRA, ESCOTT. Políticas públicas e o ensino profissional no Brasil. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.23, n. 88, p. 717-738, jul./set. 2015. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n88/1809-4465-ensaio-23-88-0717. Acesso em: 05 maio 2019.

PACHECO, Elizer. Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. *IN: Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. PACHECO, Elizer (Org.) Brasília: Moderna, 2011. p. 13-32.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5).

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/download>. Acesso em: 04 mai. 2019.

WOLFF, Denise Luzia; RAMOS, Josiane Caroline Soares. **O Histórico da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais**: uma política pública em análise. In: II, JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO 2017, Natal. Anais...Natal (RN) Campus Natal-Central do IFRN, 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ijorneduc/52279->. Acesso em: 20 dez 2020.

WITTACZIK, Lidiane Soares. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: HISTÓRICO. **E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º sem., 2008.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antônio de. **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**. *Interações*, v.12, n. 40, p. 152-169, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em 20 dez. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 21, 96, 98, 113, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139

Agir docente 155, 156, 161, 165, 166, 167, 172

Alfabetização 97, 172, 256

Angola 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 16, 17, 18

Antirracismo 49, 106, 107, 113

Aprendizagem 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 45, 63, 64, 69, 83, 84, 97, 101, 105, 107, 108, 110, 116, 117, 140, 141, 144, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 158, 159, 161, 163, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 229, 230, 233, 234, 235

B

Bioética 73, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89

Brasil 1, 2, 3, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 26, 29, 31, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 92, 93, 96, 97, 104, 105, 107, 108, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 139, 155, 171, 177, 229, 231, 236, 240, 245, 246, 247

Brincadeiras 140, 146, 148, 151, 242, 243, 244, 246, 247, 248

C

Cidadania 27, 43, 44, 67, 74, 78, 110, 114, 123, 128, 129, 150, 151, 162, 172, 230, 231, 232, 239, 245

Ciências 1, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 18, 29, 30, 33, 34, 36, 41, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 103, 128, 140, 152, 153, 154, 227, 232, 256

Complexidade 23, 31, 36, 39, 94, 159, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 183

Conhecimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 19, 23, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 39, 44, 48, 52, 53, 55, 58, 69, 73, 74, 75, 94, 96, 98, 102, 113, 114, 115, 138, 140, 147, 148, 156, 157, 158, 168, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 230, 231, 236, 238, 246, 247

Conscientização 97, 100, 101, 126, 182

Crianças e jovens 25, 140, 142, 143, 144, 146, 148, 151, 245

Cultura 5, 6, 10, 15, 16, 18, 19, 30, 32, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 63, 66, 71, 89, 96, 100, 104, 105, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 195, 204, 207, 210, 211, 217, 218, 219, 223, 228, 229, 230, 238, 246, 247, 255, 256

Currículo 4, 12, 43, 44, 48, 49, 66, 71, 73, 76, 78, 79, 83, 84, 89, 102, 107, 108, 153, 166, 176, 181, 182, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241

D

Dinâmicas culturais 144, 148, 151

Dinâmicas educativas 140, 144, 145, 151

Direito 9, 15, 54, 66, 93, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 113, 121, 122, 125, 132, 134, 244, 245

Diversidade 1, 2, 5, 8, 31, 44, 46, 49, 53, 59, 73, 80, 81, 88, 89, 92, 94, 100, 110, 114, 115, 142, 152, 153, 158, 167, 231, 248

Docência no ensino superior 30

Dualidade 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 165, 243

E

Educação de jovens e adultos 67, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 105

Educação infantil 1, 3, 27, 66, 154, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Educação superior 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 66, 68, 69

Educación 59, 184, 185, 186, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educación continua 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educación superior 59, 186, 195, 196, 197, 201, 206, 210, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 249, 250, 253, 255

Egresados 193, 202, 204, 206, 207, 208, 212, 249, 251, 252, 253, 254

Ensino de ciências biológicas 30

Ensino profissional 61, 72

Equidade de gênero 242, 243, 244, 245, 246, 247

Escola pública 18, 70, 93, 94, 104, 109

Estágio docente 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41

F

Filosofia 1, 18, 73, 89, 103, 106, 107, 115, 116, 128, 173, 256

Formação integral 61, 74

Foucault 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 159, 172

G

Gênero 1, 2, 4, 5, 16, 100, 123, 125, 155, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Gestão 15, 16, 18, 19, 27, 45, 50, 59, 74, 78, 89, 130, 134, 170, 185, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Gestión académica 195

Gestão administrativa 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 212, 217

Gestão tecnológica 195, 208

I

Identidade docente 30, 33, 36

Inclusão 3, 9, 67, 69, 70, 71, 75, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 113, 148, 172

Instituição de ensino 2, 8

Integração 45, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 68, 69, 70, 78, 96, 104, 182, 233, 234

Internacionalização 51, 57

L

Lei 10639/2003 43

Lei 11645/2008 43

Liderazgo 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 204

M

Mercosul educacional 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58

O

Oferta acadêmica 197, 206, 208, 209, 212, 214, 221, 249, 253

Organización 185, 186, 187, 188, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 222

P

Pandemia 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 41, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115

Perspectiva freiriana 92, 93, 100, 102, 103

Planejamento 33, 37, 39, 40, 45, 50, 56, 155, 156, 167, 168, 169, 170, 171, 176, 185, 233, 234, 237

Planificación 185, 187, 188, 197, 204, 205, 206, 212

Práticas pedagógicas 33, 37, 68, 95, 100, 115, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 244, 245

Privação de liberdade 128, 129, 133, 138

Processo de Bolonha 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Professoras 25, 156, 160, 161, 162, 166, 170, 227, 228, 232, 233, 234, 235, 236, 238

R

Racismo 43, 44, 46, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118

Representações sociais 95, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 227, 228, 231, 232, 239, 240

S

Sociedade 3, 5, 6, 7, 8, 11, 14, 15, 21, 26, 34, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 80, 86, 87, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 110, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 137, 139, 140, 142, 144, 146, 151, 152, 158, 159, 160, 161, 175, 177, 231, 240, 243, 244, 245, 246, 247

Subjetividade 128, 138

T

Transdisciplinaridade 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

Transformación digital 195, 197, 198, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 208, 211, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226

V

Violência 21, 47, 99, 107, 108, 110, 111, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 133, 135, 136, 138, 139

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES




5

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

5

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br